



SELEÇÃO

Juiz Leigo

Comarca de Bocaiuva/MG

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Este CADERNO DE QUESTÕES contém 50 questões numeradas de 01 a 50 e a Prova Discursiva.
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões do seu CADERNO DE QUESTÕES estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência comunique ao aplicador da sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. A prova objetiva de múltipla escolha constará de 50 questões, cada uma com 4 opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) correta.
4. A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas.
5. A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
6. Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que:
 - a) estiver escrita a lápis;
 - b) não observar as orientações presentes no caderno de questões;
 - c) contiver identificação fora do local apropriado;
 - d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
 - e) estiver em branco.
7. Somente o texto transcrito para a folha de textos definitivos será considerado válido para a correção da prova dissertativa.
8. O espaço para rascunho é de uso facultativo e não será considerado para fins de correção.
9. Não haverá substituição da folha de textos definitivos por erro do candidato. A transcrição do texto para o respectivo espaço da folha de textos definitivos será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas no Edital e/ou no Caderno de Questões da prova dissertativa.
10. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.

O Gabarito Preliminar será disponibilizado no saguão do fórum da Comarca de Bocaiúva no dia 01/02, após as 14h, e na página do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em até 2 dias úteis após a data da prova.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as questões 1 a 4.

COMO UM SILÊNCIO RESOLVEU OS ESTRANHOS PROBLEMAS MATEMÁTICOS DOS BURACOS NEGROS

Extraído de: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2021/01/03/como-um-silencio-resolveu-os-estranhos-problemas-matematicos-dos-buracos-negros.ghtml>. Acesso em 03/01/2021.

Em um dia fresco de setembro de 1964, Roger Penrose recebeu a visita de um velho amigo. O cosmologista britânico Ivor Robinson estava de volta à Inglaterra vindo de Dallas, no Estado americano do Texas, onde morava e trabalhava.

Sempre que os dois se encontravam, nunca faltava assunto — e a conversa deles, naquela ocasião, era ininterrupta e bem abrangente.

Enquanto eles caminhavam pela vizinhança do escritório de Penrose, que ficava na Universidade de Birkbeck, em Londres, pararam brevemente na calçada, à espera de uma brecha no trânsito. A interrupção momentânea do passeio coincidiu com uma pausa na conversa, e ambos ficaram em silêncio ao atravessar a rua.

Naquele momento, a mente de Penrose começou a vagar. Ele viajou 2,5 bilhões de anos-luz pelo vácuo do espaço sideral até a massa fervilhante de um quasar giratório.

Ele imaginou como o colapso gravitacional assumia o controle, puxando uma galáxia inteira cada vez mais para perto do seu centro. Como um patinador artístico que rodopia encolhendo os braços para aumentar a velocidade, a massa giraria cada vez mais rápido à medida que se contraía.

Essa breve reflexão mental levou a uma descoberta — que 56 anos depois renderia a ele o Prêmio Nobel de Física. (...)

QUESTÃO 1: Assinale a alternativa que indica corretamente a figura de linguagem utilizada na redação do quarto parágrafo do texto:

- A – Prosopopeia
- B – Metonímia
- C – Metáfora
- D – Hipérbole

QUESTÃO 2: Em “*Roger Penrose recebeu a visita de um velho amigo*”, o termo sublinhado é classificado, gramaticalmente, como:

- A – Adjetivo
- B – Advérbio

- C – Conjunção
- D - Substantivo

QUESTÃO 3: Em qual tempo do modo indicativo o verbo “*encontravam*” (segundo parágrafo) está:

- A – Pretérito imperfeito
- B – Pretérito perfeito
- C – Pretérito mais que perfeito
- D – Futuro do pretérito

QUESTÃO 4: Sobre o texto acima, levando-se em consideração as recomendações da gramática normativa tradicional, é correto afirmar que:

- A - No primeiro parágrafo, o pronome relativo “onde” poderia ter sido preposicionado, assumindo a forma “aonde”, graças à regência do verbo da oração.
- B - No quinto parágrafo, a locução conjuntiva “à medida que” poderia ser acrescida da preposição “em”, assumindo a forma “à medida em que”, sem qualquer prejuízo à correção gramatical do texto.
- C – Assim como foi empregada a crase na expressão “estava de volta à Inglaterra” (primeiro parágrafo), ela também deve ser utilizada, por exemplo, na frase “voltei à Belo Horizonte”, pois a indicação de lugar sempre admite a anteposição do artigo “a”.
- D – A locução prepositiva “à espera de” (segundo parágrafo) tem estrutura semelhante a muitas outras locuções prepositivas em português (contração da preposição “a” com o artigo definido “a”, seguida de substantivo feminino e da preposição de), como, por exemplo, “à beira de”, “à conta de”, “à disposição de”, “à frente de”.

QUESTÃO 5: Complete as lacunas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A vítima fez uma _____ pormenorizada do sujeito.
- II. Ao julgar o Mandado de Segurança, o _____ relator deferiu o pedido de medida liminar.
- III. O intuito do empresário é sempre _____ lucros em seus investimentos.
- IV. A Primeira _____ do STJ tem competência para julgamento das matérias de direito público

- A – I. descrição; II. eminente; III. auferir; IV. seção.
- B – I. discrição; II. eminente; III. auferir; IV. sessão.
- C – I. discrição; II. iminente; III. aferir; IV. sessão.
- D – I. descrição; II. iminente; III. aferir; IV. seção.

QUESTÃO 6: Marque a opção em que todas as palavras estão grafadas corretamente, de acordo com a norma culta:

- A – Obsessão / Concerteza / Extensão / Conciliação

- B – Obsessão / Pretensão / Extensão / Consenso
C – Exceção / Pretensão / Explamar / Concenso
D – Exceção / Pretensão / Extensão / Consenso

QUESTÃO 7: Conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico, a alternativa que contém todas as palavras grafadas corretamente é:

- A – cinquenta / heróico / geléia / troféu
B – anéis / rosácea / voo / autoescola
C – auto-retrato / vêem / assembleia / consequência
D – sequestro / farois / feiúra / deem

QUESTÃO 8: Leia cada uma das cinco diferentes propostas de redação e assinale a alternativa que corresponda à melhor redação, considerando correção, clareza e concisão.

- A - Ainda que me obriguem não irei, pois, tenho compromissos importantes.
B- Ainda que me obriguem, não irei, pois: tenho compromissos importantes.
C - Ainda que me obriguem, não irei, pois tenho compromissos importantes.
D - Ainda que me obriguem não irei pois tenho compromissos importantes.

QUESTÃO 9: Marque alternativa em que, respectivamente, as lacunas do texto são preenchidas corretamente, observando-se o correto uso das flexões, tempos verbais e a coerência entre os períodos.

“A pandemia ____ (I) ____ uma ideia que já estava no ar. ‘ ____ (II) ____ que iria demorar de 3 a 5 anos para as empresas adotarem o trabalho à distância de forma ampla’, observa Ossamu, da Accenture.

As empresas ____ (III) ____ o lado positivo: seus negócios continuavam sendo feitos mesmo com os escritórios vazios – e isso também gerava economia, destaca Márcia Ogawa, sócia-líder de tecnologia da consultoria Deloitte.”

Extraído de: <https://g1.globo.com/retrospectiva/2020/noticia/2020/12/15/2020-um-ano-vivido-pelas-telas.ghml>.

Acesso em 04/01/2021

- A – I. amadurecesse / II. achávamos / III. enxergam
B – I. amadureceu / II. achávamos / III. enxergaram
C – I. amadureceu / II. achamos / III. enxergaram
D – I. amadureceu / II. achamos / III. enxergam

QUESTÃO 10: A respeito do sinal de crase, marque a alternativa em que ele é utilizado incorretamente:

- A - Cheguei à noite em casa e não havia ninguém.
- B - Tício nunca dá atenção àqueles colegas impertinentes.
- C – Márcia vai à festa esta noite.
- D – Os pássaros estão à voar no quintal desde a manhã.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11: Sobre o contrato de transporte, assinale a alternativa correta:

- A – No transporte de pessoas, o transportador responde pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, vedada a alegação de caso fortuito, força maior ou fato de terceiro.
- B – A pessoa transportada que concorre para o prejuízo perderá o direito à indenização.
- C – O passageiro que desiste imotivadamente da viagem antes do seu início perde a integralidade do valor pago em benefício do transportador.
- D – A interrupção da viagem, ainda que por evento imprevisível, obriga o transportador a assegurar o transporte em outro veículo de mesma categoria, ou, com anuência do passageiro, em modalidade diferente de transporte.

QUESTÃO 12: Caio levou seu carro a uma oficina mecânica, entregando-o a Mévio, o qual se responsabilizou por realizar reparos no motor do veículo. Ao buscar o automóvel, Caio afirmou que só poderia pagar o valor na semana seguinte, razão pela qual Mévio reteve o bem até que ocorresse o efetivo pagamento. Nessa hipótese, de acordo com o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta:

- A – Mévio não pode reter o bem.
- B – Mévio pode reter o bem, até receber as benfeitorias necessárias que realizou.
- C – Mévio pode reter o bem, até receber as benfeitorias úteis que realizou.
- D – Mévio pode reter o bem, até receber as benfeitorias voluptuárias que realizou.

QUESTÃO 13: Acerca do entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça a respeito do dano moral, marque a alternativa incorreta:

- A – Em caso de dano moral, os juros incidem a partir do evento danoso e a correção monetária a partir do arbitramento.
- B - A simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- C - Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.
- D - Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

QUESTÃO 14: Segundo o Código Civil, é anulável o negócio jurídico:

- A – Quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- B – Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
- C – Quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- D – Por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

QUESTÃO 15: De acordo com o Código Civil, prescreve em cinco anos:

- A – A pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- B – A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- C – A pretensão de reparação civil.
- D – A pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.

QUESTÃO 16: Considerando o regramento previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A – Não se admite, no ordenamento brasileiro, lei de vigência temporária.
- B – A lei nova que contém disposições gerais revoga a legislação especial anterior.
- C – As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- D – A lei nova somente revoga a anterior, que regule a matéria, se houver previsão expressa nesse sentido.

QUESTÃO 17: Ana, residente em Bocaiuva, viajou para Corinto, cidade de residência de Maria, onde comprou o veículo de propriedade desta, a ser entregue em 30 dias no domicílio da compradora. Antes que o bem fosse entregue, Maria se mudou para o Canadá, para endereço desconhecido por Ana. Nessa hipótese, de acordo com o CPC, qual o juízo competente para a propositura de ação pelo procedimento comum por Ana em face do negócio jurídico avençado:

- A – Bocaiuva.
- B – Corinto.
- C – Distrito Federal.
- D – Qualquer foro do Canadá.

QUESTÃO 18: É possível que a questão prejudicial seja alcançada pela coisa julgada. São requisitos para tanto, exceto:

- A – A questão deve ser decidida expressa e incidentalmente no processo.
- B – A seu respeito deve haver contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia.
- C – A resolução do mérito do processo não deve depender da resolução da questão prejudicial.

D – Não deve haver limitação probatória.

QUESTÃO 19: Conforme dispõe o art. 361 do CPC/15, as provas orais serão produzidas em audiência, sendo a coleta da prova realizada, preferencialmente, na seguinte ordem:

A – Depoimento pessoal do autor – depoimento pessoal do réu – testemunhas do autor – testemunhas do réu – peritos e assistentes técnicos

B – Peritos e assistentes técnicos – depoimento pessoal do autor – depoimento pessoal do réu – testemunhas do autor – testemunhas do réu.

C – Depoimento pessoal do autor – depoimento pessoal do réu – peritos e assistentes técnicos – testemunhas do autor – testemunhas do réu.

D – Peritos e assistentes técnicos – testemunhas do autor – testemunhas do réu – depoimento pessoal do autor – depoimento pessoal do réu.

QUESTÃO 20: O CPC/15 veda a prolação de decisões “surpresa”, sendo assim concebidas as decisões proferidas sem a prévia oitiva da parte prejudicada. Esta vedação incide ainda que se trate:

A – De tutela provisória de urgência.

B – De tutela da evidência em que as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante; ou se se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

C – Da decisão prevista no art. 701 do CPC.

D – De matéria sobre a qual deva o juiz decidir de ofício.

QUESTÃO 21: O art. 343 do CPC dispõe que, na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa. A respeito da reconvenção, analise as assertivas abaixo:

- I. Proposta a reconvenção, o autor será intimado, na pessoa de seu advogado, para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
- II. A desistência da ação obsta o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- III. A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- IV. O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.

Quais estão corretas?

A – Apenas I e III.

B - Apenas I, II e III.

C – Apenas I, III e IV.

D – Apenas II e III.

QUESTÃO 22: Sobre o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa incorreta:

- A – O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- B – O incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- C – Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.
- D – Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.

QUESTÃO 23: Julgue os itens a seguir:

- I. Caso a Administração Pública declare o motivo do ato administrativo, aplica-se à exoneração *ad nutum* a teoria dos motivos determinantes.
- II. Não é possível o controle judicial dos atos discricionários, haja vista tratar-se de conveniência e oportunidade.
- III. As súmulas vinculantes obrigam a Administração Pública, ensejando o descumprimento dos enunciados possível responsabilização civil, penal e administrativa.
- IV. A presunção de legitimidade e veracidade é um dos atributos do ato administrativo, razão pela qual presumem-se que todos os atos administrativos foram praticados com a observância da lei, sendo esta presunção considerada *iuris tantum*.

Estão corretos:

- A – I, II e IV.
- B – I, III e IV.
- C – I, II e III.
- D – II, III e IV.

QUESTÃO 24: Assinale a alternativa correta:

- A – Em que pese o nepotismo seja vedado em qualquer dos Poderes da República por força dos princípios constitucionais da impessoalidade, eficiência, igualdade e moralidade, em respeito ao princípio da legalidade, exige-se a edição de uma lei formal proibindo a sua prática.
- B – O consórcio público, formado por dois ou mais entes federativos, poderá assumir a forma de direito público ou de direito privado, sendo que, no primeiro caso, assumirá a forma de associação pública, possuindo personalidade jurídica de direito público, passando a integrar a Administração Pública indireta de todos os entes políticos consorciados.
- C – A sociedade de economia mista pode ser definida como a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, mas, desde que a maioria do capital votante permaneça em propriedade da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, será admitida, no capital da sociedade de economia mista, a participação de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

D – Não se submetem ao regime de precatório as empresas públicas e as sociedades de economia mista de natureza não concorrencial.

QUESTÃO 25: Sobre servidores públicos, assinale a alternativa que expõe de forma equivocada o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em suas súmulas vinculantes:

A – Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

B – Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

C – É constitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

D – É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

QUESTÃO 26: Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

A – A doutrina majoritária se posiciona no sentido da irresponsabilidade do Estado por atos jurisdicionais típicos, como regra.

B – Segundo a teoria do “risco integral”, a responsabilidade da Administração pode ser excluída ou mitigada, respectivamente, pela culpa exclusiva ou parcial da vítima.

C – A responsabilidade civil por danos nucleares é objetiva, sendo aplicada à hipótese a teoria administrativo.

D – A responsabilidade civil do Estado pelos atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário é subjetiva, porquanto atuam na função administrativa atípica.

QUESTÃO 27: O Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, firmou entendimento a respeito da teoria da dupla garantia em caso de responsabilidade civil do Estado. Assinale a alternativa que dispõe corretamente acerca do que foi decidido pela Suprema Corte.

A – A vítima tem a dupla garantia de ajuizar a ação diretamente contra o servidor que causou o dano ou contra o Estado, ficando a escolha a seu critério.

B – A vítima somente poderá propor ação de reparação de danos contra ambos, servidor e Estado, em litisconsórcio passivo necessário.

C – A vítima poderá propor a ação diretamente contra o servidor causador do dano.

D – A vítima somente poderá ajuizar a ação contra o Estado, não lhe sendo permitido incluir o servidor no polo passivo da demanda.

QUESTÃO 28: O Município de Bocaiuva, em 10/10/2014, realizou concurso público para provimento de cargo de Assessor Jurídico, com previsão no edital de 2 vagas. João foi

aprovado em 2º lugar no certame, o qual foi homologado em 10/04/2015. Em 15/06/2017 a Administração Pública deu posse ao 1º e ao 3º colocados, preterindo a nomeação de João injustificadamente. Inconformado, João ajuizou uma ação no Juizado Especial da Fazenda Pública em desfavor do Município de Bocaiuva, tendo a demanda sido distribuída em 30/09/2020. Diante desta situação hipotética, é correto dizer:

A – A pretensão de João está prescrita, pois o prazo prescricional para se questionar a preterição de nomeação de candidato em concurso público é de 5 anos, contado da data em que foi homologado o concurso público.

B – A pretensão de João está prescrita, pois o prazo prescricional para se questionar a preterição de nomeação de candidato em concurso público é de 3 anos, contado da data em que foi homologado o concurso público.

C – A pretensão de João não está prescrita, pois o prazo prescricional para se questionar a preterição de nomeação de candidato em concurso público é de 5 anos, contado da data em que o outro servidor foi nomeado no lugar do aprovado.

D – A pretensão de João está prescrita, pois o prazo prescricional para se questionar a preterição de nomeação de candidato em concurso público é de 3 anos, contado da data em que o outro servidor foi nomeado no lugar do aprovado.

QUESTÃO 29: Para garantir a prestação do serviço público de saúde, o Município de Bocaiuva contratou Maria, médica pediatra, para atender em um PSF da cidade. O contrato foi firmado em 01/02/2017, com previsão de duração de 1 ano. Ao termo final do contrato, o Município procedeu a sua renovação nos anos de 2018, 2019 e 2020, tendo Maria sido dispensada em 01/01/2021. Em 20/01/2021, Maria propôs uma ação de cobrança em desfavor do Município, na qual pleiteia o pagamento de todas as verbas trabalhistas devidas aos empregados regidos pela CLT. Diante desta situação hipotética, conforme entendimento firmado pelos Tribunais Superiores:

A – Os pedidos de Maria deverão ser julgados procedentes, uma vez que ao agente contratado temporariamente pela Administração Pública são garantidos todos os direitos trabalhistas previstos na CLT.

B – O contrato firmado entre Maria e a Administração Pública deverá ser declarado nulo, pois as sucessivas renovações descaracterizam a transitoriedade e o caráter excepcional desta modalidade de contratação, sendo a ela devidos apenas o salário contratado e os depósitos do FGTS correspondentes ao período de serviço prestado.

C – Os pedidos de Maria deverão ser julgados improcedentes, uma vez que ao agente contratado temporariamente pela Administração Pública são garantidos os mesmos direitos inerentes aos servidores públicos efetivos, conforme dispuser o respectivo estatuto.

D – O contrato firmado entre Maria e a Administração Pública deverá ser declarado nulo, pois as sucessivas renovações descaracterizam a transitoriedade e o caráter excepcional desta modalidade de contratação, razão pela qual nada lhe é devido pelo Município.

QUESTÃO 30: Julgue os itens a seguir, de acordo com a jurisprudência firmada pelos Tribunais Superiores:

- I. O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso

contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.

- II. Concessionária de rodovia responde por roubo e sequestro ocorridos nas dependências de estabelecimento por ela mantido para a utilização de usuários.
- III. Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.
- IV. Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

Estão corretos, somente:

- A – Todos os itens estão corretos.
- B – I, III e IV.
- C – I, II e III.
- D – II, III e IV.

QUESTÃO 31: A moratória, a prescrição e a isenção acarretam, relativamente ao crédito tributário, respectivamente, sua:

- A – exclusão, suspensão e extinção.
- B – extinção, suspensão e exclusão.
- C – suspensão, extinção e exclusão.
- D – suspensão, exclusão e extinção.

QUESTÃO 32: Considerando o teor das súmulas vinculantes em matéria tributária, assinale a alternativa incorreta:

- A – É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- B – É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- C – O serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- D – Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.

QUESTÃO 33: Sobre a Certidão de Dívida Ativa, assinale a alternativa incorreta:

A – A ausência de prévio processo administrativo enseja a nulidade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício.

B – A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução.

C – É possível o protesto da CDA.

D – A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez, que pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

QUESTÃO 34: Acerca dos prazos no âmbito dos Juizados Especiais, assinale a alternativa correta:

A – Na contagem dos prazos, computar-se-ão apenas os dias úteis.

B – Contra a sentença caberá recurso, a ser interposto no prazo de quinze dias.

C – Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de dois dias, contados da ciência da decisão.

D – A Fazenda Pública possui prazo em dobro para se manifestar.

QUESTÃO 35: Assinale a alternativa que dispõe corretamente sobre o limite máximo do valor da causa no âmbito dos Juizados Especiais:

A – 60 salários-mínimos, tanto para os Juizados Especiais Cíveis quanto da Fazenda Pública.

B – 40 salários-mínimos, tanto para os Juizados Especiais Cíveis quanto da Fazenda Pública.

C – 60 salários-mínimos para os Juizados Especiais Cíveis e 40 salários-mínimos para os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

D – 40 salários-mínimos para os Juizados Especiais Cíveis e 60 salários-mínimos para os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

QUESTÃO 36: Enzo Gabriel, absolutamente incapaz, necessita de um medicamento para o controle de sua moléstia, tendo o fornecimento do fármaco sido negado pelo Estado. Diante disso, sua genitora se dirigiu ao Juizado Especial da Fazenda Pública para, representando o incapaz, propor a ação adequada, tendo seu pedido sido atermado e distribuído pela respectiva Secretaria do Juízo. Diante dessa situação hipotética, qual a providência adequada a ser tomada pelo juiz:

A – Intimar o Ministério Público para se manifestar, por se tratar de interesse de incapaz.

B – Extinguir a ação, uma vez que a Lei 9.099/95 veda expressamente a propositura de ação por incapazes no âmbito dos Juizados Especiais.

C – Deferir imediatamente a medida liminar, para preservar o direito do autor.

D – Determinar a citação do Estado para contestar.

QUESTÃO 37: Sobre o litisconsórcio e a intervenção de terceiros nos Juizados Especiais, assinale a alternativa correta:

- A – Não se admite a intervenção de terceiros, em nenhuma de suas modalidades.
- B – Não se admite o litisconsórcio.
- C – Sobre a intervenção de terceiros, a única modalidade admitida é o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- D – Admitem-se a denunciação da lide e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

QUESTÃO 38: Sobre as citações e intimações no âmbito dos Juizados Especiais, assinale a alternativa correta:

- A – Estando o réu em local incerto e não sabido, deverá ser feita a sua citação por edital.
- B – Não se admite a citação por hora certa.
- C – A citação será feita, preferencialmente, por carta com aviso de recebimento.
- D - Sendo necessário, a citação será feita por oficial de justiça, desde que este esteja munido do respectivo mandado ou carta precatória.

QUESTÃO 39: Sobre a produção das provas em audiência nos Juizados Especiais, assinale a alternativa incorreta:

- A – Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- B – A prova oral não será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- C – Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
- D - As testemunhas, até o máximo de cinco para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.

QUESTÃO 40: Sobre os recursos cabíveis nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- A – Contra a sentença cabe recurso inominado, a ser interposto em dez dias.
- B – Cabe agravo de instrumento contra a decisão que indefere a tutela de urgência, a ser interposto em quinze dias.
- C – Cabe apelação contra a sentença que indefere a petição inicial, a ser interposta em quinze dias.
- D – Cabe recurso especial contra os julgados da Turma Recursal, a ser interposto em quinze dias.

QUESTÃO 41: Julgue os itens a seguir, considerando o microsistema dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública:

- I. O acesso ao Juizado Especial independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.

- II. O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.
- III. O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
- IV. No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- V. O não comparecimento do autor à audiência gera revelia.

Estão corretos, somente:

- A – II, III e IV.
- B – I, III e IV.
- C – II, IV e V.
- D – I, II e III.

QUESTÃO 42: Acerca do entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa incorreta:

- A – Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito.
- B – A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.
- C – É indispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- D – A utilização de score de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

QUESTÃO 43: Sobre a definição de consumidor e aplicabilidade do CDC, assinale a alternativa correta:

- A – Consumidor é somente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- B – A coletividade de pessoas, que haja intervindo nas relações de consumo, só pode ser equiparada aos consumidores quando for passível de identificação.
- C – Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto de alguma forma, independentemente de ser destinatário final do mesmo.
- D – O terceiro, vítima de acidente, atingido em sua integridade física ou segurança, em virtude de defeito do produto ou serviço, é equiparado ao consumidor e faz jus à tutela do Código de Defesa do Consumidor, apesar de não ser partícipe direto da relação de consumo.

QUESTÃO 44: Sobre a facilitação da defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa correta:

- A – A inversão do ônus da prova em favor do consumidor é obrigatória, razão pela qual o juiz deverá concedê-la em todas as ações relativas aos direitos do consumidor.
- B – A inversão do ônus da prova poderá favorecer o fornecedor, dado o princípio da isonomia aplicado às relações de consumo que forem abordadas em juízo.
- C – A inversão do ônus da prova poderá ser concedida, a critério do juiz, quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando este for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- D – A inversão do ônus da prova é assegurada a todos consumidores vulneráveis.

QUESTÃO 45: Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Os direitos previstos no CDC não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.
- II. Prevalece a ideia de que o Código de Defesa do Consumidor constitui um microssistema jurídico que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, autoaplicável e autossuficiente, totalmente isolado das demais normas.
- III. Nos termos do art. 178 da CF, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

Estão corretos, somente:

- A – Todas estão corretas.
- B – Apenas I e II estão corretas.
- C – Apenas I e III estão corretas.
- D – Apenas II e III estão corretas.

QUESTÃO 46: Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.
- II. O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.
- III. A cláusula contratual de plano de saúde que prevê carência para utilização dos serviços de assistência médica nas situações de emergência ou de urgência é considerada abusiva se ultrapassado o prazo máximo de 24 horas contado da data da contratação.

Estão corretos, somente:

- A – Todas estão corretas.

- B – Apenas I e II estão corretas.
- C – Apenas I e III estão corretas.
- D – Apenas II e III estão corretas.

QUESTÃO 47: De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária. Assinale a alternativa que trata incorretamente das providências que poderão ser exigidas pelo consumidor perante o fornecedor em caso de vícios na prestação de serviços:

- A – A reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível.
- B – A reexecução dos serviços, devendo o consumidor arcar com os respectivos custos adicionais.
- C – A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- D – O abatimento proporcional do preço.

QUESTÃO 48: Considerando o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor acerca da responsabilidade pelo fato ou vício do produto ou serviço, assinale a alternativa incorreta:

- A – O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais o modo de seu fornecimento.
- B – O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- C – O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, desde que comprovada a existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- D – No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

QUESTÃO 49: De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o prazo para que o consumidor exerça o direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação de produtos duráveis é:

- A – Prescricional de trinta dias.
- B – Decadencial de trinta dias.
- C – Prescricional de noventa dias.
- D – Decadencial de noventa dias.

QUESTÃO 50: Acerca da Resolução 174 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal, assinale a alternativa incorreta:

- A – Os juízes leigos, quando remunerados ou indenizados a qualquer título, serão recrutados por prazo determinado, permitida uma recondução, por meio de processo seletivo público de provas e títulos, ainda que simplificado, conduzido por critérios objetivos.
- B – O juiz leigo terá o prazo máximo de 30 dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que só poderá ser entranhado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado.
- C – Não obstante submetidos a procedimento de seleção, os juízes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, ad nutum.
- D – O juiz leigo fica subordinado às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado.